



FASUBRA
ASSUFRGS
Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS

**Demonstrações
Contábeis
2016**

Assembleia Geral de Filiados

Em Pauta: 1) Apreciação e Aprovação da Prestação de Contas de 2016; 2) Eleição de membros substitutos, para inteirar o Conselho Fiscal até a conclusão deste mandato; e 3) Decisão do valor específico da contribuição mensal a ser feita para a ONG da Auditoria Cidadã da Dívida, conforme já aprovado no Conassufrgs.

10 16h
/04
Auditório Economia
UFRGS



Apresentação da Prestação de Contas de 2016

A prestação de contas do ano de 2016 corresponde ao primeiro “ano cheio” da gestão iniciada no final de dezembro de 2015, e também Conselho Fiscal, em setembro de 2016, que assumiu a tarefa também das prestações de contas dos anos de 2014 e 2015. Cabe aqui, um agradecimento da coordenação aos membros do Conselho Fiscal pelo empenho em colocar em dia a tarefa de fiscalizar a destinação de verbas da entidade, entre as atividades desenvolvidas na defesa da categoria dos TAE da UFRGS, UFCSPA e IFRS, nas lutas dos trabalhadores, bem como convênios e lazer proporcionados pela ASSUFRGS.

2016 impactou a vida dos brasileiros no cenário político caracterizando um processo de aprofundamento do desmonte do Estado, com ataque a democracia, retorno a tramitação do PL4330 (terceirização), protagonizado pelo golpe sofrido por Dilma Rousseff, como por uma sucessão veloz de legislações que constituem um programa de dissolução gradativa do Estado de direito garantido na Constituição.

Os cortes de verbas para a Educação pública, ameaçam a manutenção das IFEs, começam pelos Institutos Federais, mas atingem também as universidades. O embate protagonizado por técnicos, docentes e estudantes contra a PEC 241 (atual emenda 95), com reforço das ocupações de estudantes de escolas e das IFEs, foi momento de resistência ímpar no decorrer do ano, com “batalha campal” na Esplanada dos Ministérios.

Essa resistência que não foi suficiente para barrar a aprovação da atual Emenda Constitucional 95, que congela por 20 anos os investimentos nos Serviços Públicos, para Educação e Saúde, mas acumulou forças para que o governo golpista de Michel Temer não aprovasse a Reforma da Previdência, em meio também a inúmeras denúncias e processos de corrupção.

Os enfrentamentos realizados em nível nacional também ocorreram em nível local, em que houve o ataque da Administração Central na UFRGS, às 30 horas, a desfiguração da flexibilização e a imposição de controle de jornada sem diálogo com os trabalhadores.

Concomitante a isso, a coordenação trabalhou na gestão da entidade, visando ao equilíbrio financeiro para garantir as lutas, além da manutenção do patrimônio, do lazer e da estrutura organizacional da entidade.

Assim, destacamos o acordo de pagamento da Empresa Efienge, responsável pela obra da Colônia de férias de Garopaba, para finalizar as obrigações contratuais e desbloquear bens e valores da entidade, bem como a retomada dos depósitos para composição do fundo de greve.

Além disso, as escriturações fiscal e contábil passam a ser entregues em arquivos eletrônicos para a Receita Federal. Aprovamos a remuneração de Trabalho Noturno, que é devido aos funcionários por sua execução (especialmente em períodos de eleitorais, por escrutínio), o que via de regra tem sido motivação de processos trabalhistas contra a entidade. Assim, pretendemos evitar esse passivo.

A programação das atividades de aposentados foi cumprida, com a participação da ASSUFRGS no Encontro Regional de Aposentados da FASUBRA no Nordeste, aprovando para 2017, a construção do regional do Sul em Porto Alegre.

Toda a luta foi pautada pela visão e construção da unidade e resistência dos segmentos dentro da base da ASSUFRGS, seja na UFRGS, UFCSPA, IFRS e das lutas conjuntas entre movimentos, centrais, frentes, sindicatos, movimentos sociais e estudantis.

Assim, parabenizamos essa categoria nos 66 anos de trajetória da ASSUFRGS, pelo orgulho da sua história, pelas lutas e resistência, e que nos traz cada vez mais a responsabilidade na representação e gestão.

Balanco Patrimonial

SIND TEC-ADM EDUC INST FED ENS VINC MINIST EDUC CULT PORTO ALEGRE, CANOAS, OSORIO, TRAMANDAI, IMBE, ROLANTE, ELDORADO DO SUL, GUAIBA, VIAMAO E ALVORADA

CNPJ: 92.956.978/0001-40 | Registro no Cartório: 1259 Data: 20/11/1951

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016 | Balanço encerrado em: 31/12/2016

Descrição	2016 31/12/2016	2015 31/12/2015	Descrição	2016 31/12/2016	2015 31/12/2015
ATIVO			PASSIVO		
ATIVO CIRCULANTE	1.379.125,48d	1.090.387,22d	PASSIVO CIRCULANTE	1.168.913,33c	1.206.584,77c
DISPONIBILIDADES	44.532,77d	2.201,25d	FORNECEDORES E CREDORES DIVERSOS	624.427,97c	791.692,95c
BENS NUMERARIOS	124,84d	1.703,07d	FORNECEDORES E CREDORES DIVERSOS	624.427,97c	791.692,95c
CAIXA	124,84d	1.703,07d	CREDORES DIVERSOS	152.160,11c	302.948,36c
BANCOS LIQUIDEZ IMEDIATA	20.049,86d	498,18d	FORNECEDORES CONVENIO	472.267,86c	488.744,59c
BANCOS CONTA CORRENTE	20.049,86d	498,18d	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	86.383,72c	97.748,85c
BANCOS CONTA APLICACAO C/RESTRICAO	24.358,07d	0,00	OBRIGACOES FISCAIS A RECOLHER	86.383,72c	97.748,85c
BANCOS CONTA APLICACAO	24.358,07d	0,00	IMPOSTOS MUNICIPAIS A RECOLHER	0,00	7.240,61c
ATIVO REALIZAVEL CURTO PRAZO	1.314.885,50d	1.075.836,41d	TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER	86.383,72c	90.508,24c
CREDITOS DE ASSOCIADOS	1.213.846,62d	981.036,12d	OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS	140.848,21c	131.449,65c
MENSALIDADES A RECEBER	398.216,34d	206.449,47d	OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS	140.848,21c	131.449,65c
CREDITOS DE CONVENIO	815.240,52d	697.908,03d	OBRIGACOES SOCIAIS TRABALHISTAS A PAGAR	50.631,51c	43.825,26c
OUTROS CREDITOS DE ASSOCIADOS	209,76d	76.498,62d	OBRIG. PES. FISICAS S/VINC. TRAB. A PAGAR	660,00c	4.113,55c
CHEQUES DEVOLVIDOS	180,00d	180,00d	OBRIGACOES SOCIAIS A PAGAR	89.556,70c	83.510,84c
OUTROS CREDITOS	101.038,88d	94.795,00d	OUTRAS OBRIGACOES	111.029,17c	130,13c
CREDITOS DE FUNCIONARIOS	5.292,25d	38.026,83d	OUTRAS OBRIGACOES	111.029,17c	130,13c
ADIANTAMENTO A TERCEIROS	75.752,32d	44.555,69d	OUTRAS OBRIGACOES	110.000,00c	0,00
OUTROS CREDITOS	8.743,05d	8.752,38d	OBRIGACOES C/PESSOAS LIGADAS	1.029,17c	130,13c
CREDITOS DE PESSOAS LIGADAS	11.251,26d	3.460,10d	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CP	0,00	15.633,30c
CREDITOS TRIBUTARIOS	0,00	5,29d	INSTITUICOES FINANCEIRAS	0,00	15.633,30c
TRIBUTOS A COMPENSAR	0,00	5,29d	BANCO C/C SALDO DEVEDOR	0,00	15.633,30c
DESPESAS EXERCICIO SEGUINTE	19.707,21d	12.349,56d	PROVISOES	206.224,26c	169.929,89c
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	19.707,21d	12.349,56d	PROVISOES TRABALHISTAS	198.190,38c	160.325,91c
DESPESAS A APROPRIAR	19.707,21d	12.349,56d	PROVISOES TRABALHISTAS	198.190,38c	160.325,91c
ATIVO NAO CIRCULANTE	3.115.133,26d	3.175.868,63d	OUTRAS PROVISOES	8.033,88c	9.603,98c
ATIVO REALIZAVEL LONGO PRAZO	10.000,00d	41.601,52d	OUTRAS PROVISOES	8.033,88c	9.603,98c
DIREITOS REALIZAVEL LONGO PRAZO	10.000,00d	41.601,52d	PASSIVO NAO CIRCULANTE	101.383,36c	3.568,88c
CREDITOS TRIBUTARIOS LP	10.000,00d	10.000,00d	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS LP	3.568,88c	3.568,88c
VALORES BLOQUEIOS JUDICIAIS	0,00	31.601,52d	VALORES C/PESSOAS LIGADAS	3.568,88c	3.568,88c
INVESTIMENTOS	108.268,69d	108.268,69d	RECEITAS DIFERIDAS	97.814,48c	0,00
OUTROS INVESTIMENTOS	108.268,69d	108.268,69d	RECEITAS DIFERIDAS	97.814,48c	0,00
PARTICIPACOES SOCIETARIAS	602,10d	602,10d	RECEITAS DIFERIDAS	97.814,48c	0,00
INVESTIMENTO IMOVEIS	107.666,59d	107.666,59d	(-) CUSTOS DIFERIDOS	0,00	0,00
IMOBILIZADO	2.987.212,11d	3.014.409,76d	(-) CUSTOS DIFERIDOS	0,00	0,00
MOVEIS E UTENSILIOS	234.599,82d	239.722,08d	PATRIMONIO SOCIAL	3.223.962,05c	3.056.102,20c
MOVEIS E UTENSILIOS	514.949,11d	506.211,25d	PATRIMONIO SOCIAL	612.004,62c	612.004,62c
(-) DEPR.ACUM. - MOVEIS UTENS	280.349,29c	266.489,17c	PATRIMONIO SOCIAL REALIZADO	612.004,62c	612.004,62c
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	49.276,33d	44.667,08d	PATRIMONIO SOCIAL SUBSCRITO	612.004,62c	612.004,62c
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	49.276,33d	44.667,08d	RESERVAS DE SUPERAVITS	764.763,50c	764.763,50c
EQUIPAMENTOS PROCESSAMENTO DADOS	18.803,16d	30.296,52d	RESERVAS DE SUPERAVITS	764.763,50c	764.763,50c
EQUIPAMENTO PROCESSAMENTO DADOS	223.734,69d	223.734,69d	RESERVAS DE SUPERAVITS A DESTINAR	764.763,50c	764.763,50c
(-) DEPR.ACUM. - EQUIP.PROC.DADOS	204.931,53c	193.438,17c	RESULTADOS ACUMULADOS	924.624,52c	924.624,52c
VEICULOS	164.056,60d	164.056,60d	SUPERAVITS ACUMULADOS	924.624,52c	924.624,52c
VEICULOS	202.691,27d	202.691,27d	SUPERAVITS ACUMULADOS	924.624,52c	924.624,52c
(-) DEPR.ACUM. - VEICULOS	38.634,67c	38.634,67c	RESULTADO DO EXERCICIO	922.569,41c	754.709,56c
EDIFICIOS E CONTRUCOES	1.495.272,67d	1.510.463,95d	RESULTADOS P/APROVACAO ASSEMBLEIA	922.569,41c	754.709,56c
EDIFICIOS E CONTRUCOES	2.015.859,08d	2.015.859,08d	RESULTADOS P/APROVACAO ASSEMBLEIA	922.569,41c	754.709,56c
(-) DEPR.ACUM. - EDIF.CONSTR.	520.586,41c	505.395,13c			
CONSTRUCOES EM ANDAMENTO	669.525,51d	669.525,51d			
CONSTRUCOES EM ANDAMENTO	669.525,51d	669.525,51d			
TERRENOS	355.678,02d	355.678,02d			
TERRENOS	355.678,02d	355.678,02d			
INTANGIVEL	9.652,46d	11.588,66d			
SOFTWARE	9.652,46d	11.588,66d			
SOFTWARE	59.913,91d	59.913,91d			
(-) AMORT.ACUM. - SOFTWARE	50.261,45c	48.325,25c			
	4.494.258,74d	4.266.255,85d		4.494.258,74c	4.266.255,85d

Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2016

Descrição	Total 2016	Total 2015
RECEITAS ATIVIDADES PROPRIAS	2.960.771,87	2.971.391,21
RECEITA BRUTA ATIV. CONTINUADAS	2.960.771,87	2.971.391,21
RECEITAS ATIV. CONTINUADAS - SEDE	2.706.302,46	2.741.231,44
RECEITAS ATIV. CONTINUADAS - SEDE CAMP.	1.870,01	1.955,01
RECEITAS ATIV. CONTINUADAS - COL.FERIAS	171.641,69	155.318,01
RECEITAS DE BONIFICACOES CONVENIOS	80.957,71	72.886,75
(-) RECEITAS DIFERIDAS	(309.992,04)	(275.036,17)
(-) RECEITAS APLICACAO RESTRITA	(309.992,04)	(275.036,17)
RECEITA LIQ. ATIV. CONTINUADAS	2.650.779,83	2.696.355,04
CUSTOS ATIVIDADES PROPRIAS	(309.497,14)	(332.847,84)
CUSTOS ATIV. CONTINUADAS	(309.497,14)	(332.847,84)
GT SEGURANCA	(4.936,98)	(5.506,18)
GT MULHER	(580,00)	(5.995,00)
GT CARREIRA	(5.783,85)	(452,55)
GT POLITICAS SOCIAIS	(420,00)	(280,00)
GT APOSENTADOS	(21.406,03)	(10.839,01)
30 HORAS E FLEXIBILIZACAO	(7.153,33)	(7.765,57)
CUSTOS OUTRAS ATIVIDADES	(35.205,53)	(34.450,32)
DESP.FESTAS DA ASSUFRGS	(16.081,45)	(3.179,21)
CUSTO ASSOC.A OUTRAS ENTIDADES	(164.661,21)	(200.904,23)
CUSTO C/ELEICAO	(1.394,57)	(11.834,00)
CUSTO DE CONVENIOS	(51.874,19)	(51.641,77)
RESULTADO BRUTO ATIV. CONTINUADAS	2.341.282,69	2.363.507,20

DESPESAS ATIV. CONTINUADAS	(2.077.903,65)	(2.050.876,85)
DESPESAS FUNCIONAMENTO - SEDE	(1.745.354,21)	(1.738.239,92)
DESPESAS COM PESSOAL - SEDE	(1.439.421,81)	(1.310.640,66)
DESPESAS COM PESSOAS S/VINC.EMPREGATICIO - SEDE	(30.902,54)	(9.396,82)
DESPESAS C/SERV. TERCEIROS PJ - SEDE	(24.623,91)	(27.718,82)
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVOS - SEDE	(239.842,91)	(357.412,26)
DESPESAS TRIBUTARIAS - SEDE	(5.541,09)	(4.354,81)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - SEDE	(5.021,95)	(28.716,55)
DESPESAS FUNCIONAMENTO - SEDE CAMPESTRE	(102.825,48)	(80.918,38)
DESPESAS COM PESSOAL - SEDE CAMPESTRE	(45.217,74)	(42.471,66)
DESPESAS COM PESSOAS S/VINC.EMPREGATICIO - SEDE CAMPESTRE	(323,58)	0
DESPESAS C/SERV. TERCEIROS PJ - SEDE CAMPESTRE	(22.703,30)	0
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS - SEDE CAMPESTRE	(32.749,96)	(34.724,58)
DESPESAS TRIBUTARIAS - SEDE CAMPESTRE	(1.830,90)	(3.722,14)
DESPESAS FUNCIONAMENTO - COLONIA FERIAS	(218.460,16)	(211.862,22)
DESPESAS COM PESSOAL - COLONIA FERIAS	(116.272,56)	(89.921,64)
DESPESAS COM PESSOAS S/VINC.EMPREGATICIO - COLONIA FERIAS	(14.447,00)	(25.934,82)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS - COLONIA FERIAS	(79.439,80)	(88.937,47)
DESPESAS TRIBUTARIAS - COL.FERIAS	(8.300,80)	(7.068,29)
RESULTADO FINANCEIRO	(11.263,80)	(19.856,33)
RECEITAS FINANCEIRAS	7.529,28	1.945,52
DESPESAS FINANCEIRAS	(18.793,08)	(21.801,85)
RESULTADO LIQ. ATIVIDADES CONTINUADAS	263.379,04	312.630,35
RECEITA ATIV. DESCONTINUADAS	212.177,56	302.725,99
RECEITAS DE GREVE - APLIC. RESTRITA	212.177,56	302.725,99
DESPESAS ATIV. DESCONTINUADAS	(219.323,63)	(366.999,57)
DESPESAS DE GREVE - APLIC. RESTRITA	(212.177,56)	(366.249,97)
CUSTO CRIACAO SINDICATO	(7.146,07)	(749,55)
RESULTADO ATIV. DESCONTINUADAS	(7.146,07)	(64.273,53)
RESULTADO ATIVIDADES PROPRIAS	256.232,97	248.356,82
SUPERAVIT DO EXERCICIO	256.232,97	248.356,82

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social

	PATRIMONIO SOCIAL	RESERVAS DE SUPERAVITS	RESULTADO DO EXERCICIO		AJUSTES EXERCICIOS ANTERIORES		RESULTADOS PARA APROVACAO		RESULTADOS ACUMULADOS		Total
	Patrimonio Social Realizado	Reservas Superavits a Destinar	Superavit do Exercicio	Deficit do Exercicio	Ajustes Credores Exerc Anterior	Ajustes Devedores Exerc Anterior	Superavits p/Aprovacao Assembl	Deficit p/Aprovacao Assembleia	Superavits Acumulados	Deficits Acumulados	
Saldo em 31/12/2015	612,004.62	764,763.50	0.00	0.00	0.00	0.00	754,709.56	0.00	924,624.52	0.00	3,056,102.20
Aumento Patrimonio Social	0.00										0.00
Ajustes Exercicios Anteriores					34,913.00	-123,286.12					-88,373.12
Resultado Liquido Exercicio Apurado			256,232.97	0.00							256,232.97
Resultados Acumulados Exercicio									0.00	0.00	0.00
Reservas de Superavits		0.00									0.00
Resultado para Aprovacao Assembleia			-256,232.97	0.00	-34,913.00	123,286.12	167,859.85	0.00			0.00
	612,004.62	764,763.50	0.00	0.00	0.00	0.00	922,569.41	0.00	924,624.52	0.00	3,223,962.05

	PATRIMONIO SOCIAL	RESERVAS DE SUPERAVITS	RESULTADO DO EXERCICIO		AJUSTES EXERCICIOS ANTERIORES		RESULTADOS PARA APROVACAO		RESULTADOS ACUMULADOS		Total
	Patrimonio Social Realizado	Reservas Superavits a Destinar	Superavit do Exercicio	Deficit do Exercicio	Ajustes Credores Exerc Anterior	Ajustes Devedores Exerc Anterior	Superavits p/Aprovacao Assembl	Deficit p/Aprovacao Assembleia	Superavits Acumulados	Deficits Acumulados	
Saldo em 31/12/2014	612,004.62	764,763.50	471,571.17	0.00	12,559.48	-84,569.45	0.00	0.00	924,624.52	0.00	2,700,953.84
Aumento Patrimonio Social	0.00										0.00
Ajustes Exercicios Anteriores					-12,559.48	84,569.45					72,009.97
Resultado Liquido Exercicio Apurado			248,356.82	0.00							248,356.82
Resultados Acumulados Exercicio									0.00	0.00	0.00
Reservas de Superavits		0.00									0.00
Resultado para Aprovacao Assembleia			-719,927.99	0.00	0.00	0.00	754,709.56	0.00			34,781.57
	612,004.62	764,763.50	0.00	0.00	0.00	0.00	754,709.56	0.00	924,624.52	0.00	3,056,102.20

Notas Explicativas

I - CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA 01 – DA ENTIDADE:

Em 20/11/1951, sob. o n.º 1259, Livro A n.º 03, às fl. 193v e 194F, do “Registro de Pessoas Jurídicas”, foi inscrita o Centro dos Funcionários da Universidade do Rio Grande do Sul – C.F.U.R.G.S que, em 03/12/1959 promoveu alteração estatutária passando à Associação dos Funcionários da Universidade do Rio Grande do Sul e, em 16/04/1962 por meio de outra alteração transformou-se em Associação Beneficente dos Servidores da Universidade do Rio Grande do Sul - ABSURGS assim permanecendo até 31/07/1987 quando alterou outra vez a sua razão social para Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – ASSUFRGS, deste modo permanecendo até o registro da alteração estatutária de 08/11/2016. Alteração esta, que resultou na fundação de entidade sindical, modificando a sua natureza jurídica, as suas finalidades e a sua razão social, entre outras. A contar desta data, passou a denominar-se Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura de Porto Alegre, Canoas, Osório, Tramandaí, Imbé, Rolante, Eldorado do Sul, Guaíba, Viamão e Alvorada, sediado na Avenida João Pessoa n. 1392, Bairro Farroupilha, Porto Alegre – RS. Sendo esta uma entidade sindical de “empregados” constituída para fins de defesa e representação legal de sua categoria. É uma instituição jurídica de direito privado, sem fins econômicos, é imune de tributação sobre o seu patrimônio, renda e serviços, nos termos estabelecidos no artigo 150, inciso VI, alínea “c” da Constituição Federal de 1988 e, em atendimento ao disposto nos artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional, Lei n. 5.172/66 e suas alterações.

NOTA 02 – DA CATEGORIA E FINALIDADE:

A “ASSUFRGS-SINDICATO” objetiva a defesa e representação

legal de todos servidores ativos e aposentados dos técnicos-administrativos em educação das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sua categoria, com base territorial nos municípios de: Porto Alegre, Canoas, Osório, Tramandaí, Imbé, Rolante, Eldorado do Sul, Guaíba, Viamão e Alvorada, e tem como finalidades, Artigos 3º e 4º do Estatuto, de 08/11/2016:

Reivindicar a permanente melhoria das condições de trabalho e remuneração;

Representar e defender administrativa, judicial e extrajudicialmente os servidores técnico-administrativos, ativos e aposentados, podendo agir como substituto processual para defesa de direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

Congregar os trabalhadores ativos e aposentados da categoria e promover a integração entre eles,

Implementar políticas e ações de promoção cultural, profissional, formação, cooperativa, de saúde, de lazer e de comunicação para seus sindicalizados;

Estabelecer relações com entidades congêneres;

Celebrar convenções e acordos coletivos;

Filiar-se a organizações de caráter sindical, sejam federativas, nacionais ou internacionais, desde que aprovada a filiação em Congresso do sindicato;

Defender as liberdades coletivas e individuais, a realização de justiça social, os direitos fundamentais do ser humano e o fim de toda e qualquer forma de discriminação, opressão e exploração.

NOTA 03 – DAS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO ANO CALENDÁRIO E DO MANDATO DA COORDENAÇÃO:

Nesta última alteração estatutária, de 08/11/2016, a entidade efetivou o registro e a adequação de suas estruturas internas

a fim de cumprir e adequar-se as legislações e atividades pertinentes a sua nova natureza jurídica de sindicato de empregados. Na mesma ocasião, registrou-se a recondução, por aclamação, da Coordenação empossada em 2015, até o término do mandato desta em 2018.

NOTA 04 – DAS ORIGENS DOS RECURSOS:

Conforme o Artigo 50 do Estatuto constituem-se receitas do sindicato: a) mensalidades dos filiados; b) a renda de aplicação de capital; c) doações e legados; d) os créditos prescritos; e) a venda de material inservível; f) o reembolso dos financiamentos; g) as bonificações dos convênios; h) as rendas produzidas pelos bens e valores adquiridos e; j) as receitas eventuais e as taxas de administração.

Das restrições nas destinações da receita de mensalidades: no mínimo 5% (cinco por cento) das mensalidades serão destinados para a constituição de Fundo de Greve, a ser depositado em conta específica para este fim. A aplicação em fim diverso deste somente poderá ser feita se autorizado expressamente por Assembleia Geral de Sócios.

NOTA 05 – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais, comprovados por documento fiscal idôneo. Os membros da Coordenação e da Administração não são remunerados. Os recursos e resultados auferidos pela entidade são integralmente revertidos para as suas atividades fins.

NOTA 06 – EVENTOS RELEVANTES:

Em 2016 o sindicato deu prosseguimento ao processo de reorganização administrativa iniciada em 2015.

Contabilidade: Continuou-se, as melhorias para a consolidação da contabilidade interna e a reestruturação das demonstrações contábeis para melhor atender critérios técnicos, tributários e evidenciar as movimentações financeiras e patrimoniais de forma mais objetiva e clara.

Controles Internos: Por fim, deu continuidade ao processo de adequação dos controles internos com o intuito de melhorar os sistemas de controles e gerar informações gerenciais e contábeis de melhor qualidade.

SPED (Sistema Público de Escrituração Digital): a partir do ano calendário 2015 a “Assufrgs-Sindicato” passou a obrigatoriedade de Entrega da ECF (Escrituração Contábil Fiscal) e do ano calendário 2016 também à ECD (Escrituração Contábil Digital).

NOTA 07 – DA COBERTURA DE SEGUROS

Em 31/12/2016 os seguintes bens do patrimônio possuíam cobertura de seguros, nas seguintes condições:

Prédio da Sede: Av. João Pessoa n. 1392, Porto Alegre, Apólice: 11815769800 – Porto Seguro, vigência 22/07/2016 à 22/07/2017;

Fiat Doblô Attractive 1.4v Flex Ano/Modelo 2014/2015 Placa IWI1751, Apólice: 0531.15.6959161 – Porto Seguro, vigência

23/02/2016 à 23/02/2017;

Colônia de Férias: Garopaba – SC, Apólice: 11815766593 – Porto Seguro, vigência 24/06/2016 à 24/06/2017.

II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 08 – DAS DEMONSTRAÇÕES:

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil atendendo, parcialmente, às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade: Resolução CFC n. 1.409/2012 que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) n. 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem fins lucrativos.

III – DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

NOTA 09 – DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS:

No ano de 2016, a entidade observou, em parte, os Princípios de Contabilidade. E, a Interpretação Técnica Geral (ITG) n. 2002, aprovada pela Resolução CFC n. 1.409/2012 no que se refere à:

Objetivo, constituição, finalidade e destinação dos Superávits e Déficits Acumulados;

Reconhecimento das receitas e despesas respeitando o regime de competência, segregadas por atividade;

Reconhecimento de doações, subvenções e outras receitas com restrição de acordo com a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais – reconhecidas no resultado por ocasião da sua aplicação e, o resíduo do valor a aplicar mantido no passivo, em conta específica, até a sua efetiva aplicação;

Constituição de provisão para perdas prováveis esperadas – não realizadas, por falta de condições técnicas de fazê-lo.

Incorporação do Superávit ou Déficit ao Patrimônio Social – serão incorporados ao Patrimônio Social por ocasião da sua aprovação em Assembleia Geral destinada a este fim;

Demonstrações Contábeis a serem elaboradas e informações a serem apresentadas em notas explicativas – a exceção do DFC.

NOTA 10 – DAS DISPONIBILIDADES E RECURSOS COM RESTRIÇÕES:

As contas correntes e de aplicação financeira da entidade são de livre movimentação a exceção da conta destinada ao Fundo de Greve, que em 31/12/2016 apresenta saldo de R\$ 24.358,07 (vinte e quatro mil trezentos e cinquenta e oito reais e sete centavos). Mensalmente, transfere-se para esta conta 5% da mensalidade de sócios, conforme previsão estatutária. A utilização destes recursos está condicionada as condições estabelecidas no Estatuto. No ano de 2016, parte dos recursos foram aplicados, conforme demonstrado na Nota 24.

NOTA 11 – DAS MENSALIDADES A RECEBER:

As mensalidades de sócios são descontadas em folha de pagamento destes e repassadas à "Assufrgs-Sindicato" pelo Siap. Mensalmente, são feitas provisões dos valores a receber pelos valores apresentados no relatório/arquivo do Siap. O desconto em folha respeita critérios estabelecidos em lei.

NOTA 12 – DOS CONVENIOS A RECEBER:

A conta de convênios a receber é composta pelos valores - vencidos e a vencer - das compras efetuadas pelos sócios (que aderiram ao convênio) nas lojas conveniadas e outros recebimentos destes a prazo, exceto mensalidades. A forma de cobrança é através de débito em conta. Os benefícios do convênio são extensivos aos funcionários da entidade. Estão em estudo propostas de melhorias na forma de gestão e no controle dos convênios a receber dado a inadimplência representativa que apresenta e a carência de relatórios para gestão.

NOTA 12.1 – DA INADIMPLENCIA DOS CONVENIOS A RECEBER:

Segundo levantamento, do setor de processamento de convênios, a entidade possuía os valores a seguir transcritos de inadimplentes de convênios a receber, ao fim de 2015 e de 2016. Na tabela comparativa as variações negativas referem-se a dívidas que os sócios pagaram ou que renegociaram (confissão de dívida) durante o ano de 2016. Já, as variações positivas referem-se a aumento da inadimplência nos períodos comparados. Os montantes da linha sem informação na coluna último débito são pertinentes a cobranças que não se efetivou nem o primeiro débito, por motivo da não autorização de débito automático junto ao banco ou cancelamento do débito autorizado. Os sócios com dívidas de convênio tem seu cartão bloqueado para novas compras até que quite os seus débitos, entre outras restrições estabelecidas.

CONVÊNIOS A RECEBER - INADIMPLÊNCIA*

POSIÇÃO EM:	jan/16	jan/17	VARIAÇÃO
ÚLTIMO DÉBITO	VALOR R\$	VALOR R\$	EM R\$
01/2000 - 12/2000	R\$ 40,00	R\$ 40,00	-
01/2001 - 12/2001	R\$ 3.548,96	R\$ 3.548,96	-
01/2003 - 12/2003	R\$ 2.900,00	R\$ 2.900,00	-
01/2004 - 12/2004	R\$ 6.507,73	R\$ 6.507,73	-
01/2005 - 12/2005	R\$ 14.990,20	R\$ 14.277,82	(R\$ 712,38)
01/2006 - 12/2006	R\$ 21.603,23	R\$ 21.603,23	-
01/2007 - 12/2007	R\$ 65.940,66	R\$ 65.553,86	(R\$ 386,80)
01/2008 - 12/2008	R\$ 71.625,15	R\$ 63.962,31	(R\$ 7.662,84)
01/2009 - 12/2009	R\$ 58.502,96	R\$ 57.040,92	(R\$ 1.462,04)
01/2010 - 12/2010	R\$ 23.393,01	R\$ 23.287,52	(R\$ 105,49)
01/2011 - 12/2011	R\$ 69.732,82	R\$ 69.213,64	(R\$ 519,18)
01/2012 - 12/2012	R\$ 45.125,71	R\$ 43.261,96	(R\$ 1.863,75)
01/2013 - 12/2013	R\$ 38.064,91	R\$ 36.620,17	(R\$ 1.444,74)
01/2014 - 12/2014	R\$ 35.710,58	R\$ 30.700,56	(R\$ 5.010,02)
01/2015 - 12/2015	R\$ 45.208,27	R\$ 39.360,27	(R\$ 5.848,00)
01/2016 - 12/2016	-	R\$ 64.852,22	R\$ 64.852,22
Sem Informação	R\$ 13.121,50	R\$ 24.563,76	R\$ 11.442,26
TOTAL	R\$ 516.015,69	R\$ 567.294,93	R\$ 51.279,24

*Valores informados pelo Setor Convênios. Segundo o setor não compõe estes as confissões de dívidas em atraso.

NOTA 12.2 – DAS CONFISSÕES DE DÍVIDAS – CONVÊNIOS A RECEBER:

As confissões de dívidas são valores devidos, de convênios, pelos sócios à "Assufrgs-Sindicato" e que foram parcelados, mediante assinatura de termo de confissão de dívida, pactuando assim novos prazos de pagamento e valores diferentes dos originalmente estabelecidos. Na sequência transcreve-se as inadimplências neste tipo de negociação, conforme dados fornecidos pelo setor de processamento de convênios. As confissões de dívidas Com Prazo Encerrado dizem respeito aos montantes negociados nos períodos indicados, com a última parcela já vencida e com valores não pagos. As Com Acordos Autorizados pela Coordenação / Termo Diferenciado são pertinentes a valores de confissões que não foram pagas e que foi autorizado um novo parcelamento. E, as Vencidas em Andamento são de negociações feitas no período indicado, que já tem parcelas em atraso e parcelas ainda por vencer.

CONFISSÕES DE DÍVIDAS

COM PRAZO ENCERRADO	
Ano da Negociação	Valor Inadimplência
2008-2011	R\$ 76.144,78
2012-2013	R\$ 36.005,33
2014-2015	R\$ 20.056,20
2015-2016	R\$ 11.182,81
Total	R\$ 143.389,12

COM ACORDOS AUT. COORDENAÇÃO/"TERMO DIFERENCIADO"

Ano da Negociação	Valor Inadimplência
2008-2014	R\$ 8.277,49
Total	R\$ 8.277,49

VENCIDAS – EM ANDAMENTO

Ano da Negociação	Valor Inadimplência
2015-2016	R\$ 11.745,22
Total	R\$ 11.745,22

TOTAL GERAL

R\$ 163.411,83

A VENCER – EM ANDAMENTO

Ano da Negociação	Valor a vencer
2015-2016	R\$ 9.329,46
Total:	R\$ 9.329,46

NOTA 13 – CREDITOS TRIBUTÁRIOS DE LONGO PRAZO:

Refere-se ao crédito de IPTU que se gerou a partir do desmembramento e criação de inscrição de imóvel específica para as áreas construídas da Sede Campestre (inscrição imóvel n. 100054284), conforme auto de lançamento de n. 010171/2015. Visto que a cobrança foi retroativa aos últimos 5 anos (2010 -2014), a Inscrição de Imóvel de n. 10901175, ficou com crédito referente aos pagamentos deste período. Em

23/05/2016 a entidade protocolou o processo administrativo de número 001.103002.16.2, junto a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, requerendo a restituição dos valores pagos a maior referente a Inscrição 10901175 e segue aguardando o julgamento deste.

NOTA 14 – DOS BLOQUEIOS JUDICIAIS:

Os valores bloqueados, nas Contas Corrente e Contas de Aplicação Financeira da Assufrgs, pertinentes ao processo judicial movido pela empresa Efieng Engenharia e Construções Ltda., originário de desacordos nos contratos da obra de construção/ampliação da Colônia de Férias, foram desbloqueados e utilizados para quitação parcial do débito conforme Termo de Acordo com Eficácia de Título Executivo Extrajudicial firmado entre as partes em 29/02/2016.

NOTA 15 – DOS INVESTIMENTOS:

O valor mais representativo da conta de Investimentos é pertinente ao terreno do Bairro Santa Isabel de Viamão. Os investimentos estão valorados pelo seu custo de aquisição e a alienação dos bens imóveis somente pode ser realizada nos termos do Artigo 51 § 3º do Estatuto da Assufrgs.

NOTA 16 – DO IMOBILIZADO E DA DEPRECIAÇÃO:

Controle Patrimonial: Continua em andamento a implantação de sistema de controle patrimonial, conforme recomendado no relatório de auditoria e a revisão dos valores escriturados no patrimônio.

Imobilizado: foram implantados os saldos contábeis de imobilizados e depreciação acumulada conforme balanço apurado em 31/12/2014. No ano de 2015 e 2016 foram registrados no Imobilizado os bens adquiridos, avaliados pelo valor original de aquisição ou custo de construção. Foram baixados e/ou reclassificados alguns dos valores que não estavam lançados adequadamente.

Depreciação: devido a impossibilidade operacional em gerar as informações de depreciação para o ano de 2015 e 2016 foram repetidos os mesmos valores lançados em 2014.

NOTA 17 – DAS MOVIMENTAÇÕES PATRIMONIAIS NO ANO-CALENDÁRIO:

No ano de 2016 ocorreram as movimentações patrimoniais demonstradas na sequência:

MOVIMENTAÇÕES PATRIMONIAIS – 2016			
CONTA PATRIMONIAL	SALDO ANTERIOR	VALOR AQUISIÇÕES	SALDO ATUAL
Móveis e utensílios	R\$ 506.211,25	R\$ 8.737,86	R\$ 14.949,11
Máquinas e Equipamentos	R\$ 44.667,08	R\$ 4.609,25	R\$ 49.276,33
Equipamentos Processamento Dados	R\$ 223.734,69		R\$ 223.734,69
Veículos	R\$ 202.691,27		R\$ 202.691,27
Edifícios e Construções	R\$ 2.015.859,08		R\$ 2.015.859,08
Terrenos	R\$ 355.678,02		R\$ 355.678,02
Construções em Andamento	R\$ 669.525,51		R\$ 669.525,51
Intangível - Software	R\$ 599.136,91		R\$ 599.136,91
Investimentos - Terrenos	R\$ 107.666,59		R\$ 107.666,59
Investimentos – CRT Participação	R\$ 602,10		R\$ 602,10
TOTAL	R\$ 4.725.772,50	R\$ 13.347,11	R\$ 4.739.119,61

NOTA 18 – DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS:

O Sindicato manteve e melhorou os mecanismos e rotinas de geração das guias, recolhimento e controle de débitos de tributos retidos ou conforme recomendado no relatório da auditoria. Foram realizados levantamentos e foram ou estão sendo recolhidos os valores devidos referente ao ano de 2015 e anteriores, de acordo com as condições financeiras e técnicas.

NOTA 19 – DA PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS:

Não foram feitas as provisões para contingências, no ano de 2016, por falta de condições técnicas em estimar quais valores são considerados como perdas prováveis, no que se referente aos processos trabalhistas e/ou cíveis nos quais a entidade figura como ré.

NOTA 20 – DO PATRIMONIO SOCIAL:

O resultado de 2016 foi registrado em conta de Superávit para Aprovação em Assembleia até que este seja submetido à aprovação em assembleia geral para este fim. Esta conta contém os saldos dos resultados de 2014, 2015 e 2016 e, por ocasião da sua aprovação será incorporado ao Patrimônio Social. As contas de Reservas de Superávits a Destinar e Superávits Acumulados referem-se a saldos anteriores a 31/12/2014, a serem melhor classificados por ocasião de verificações técnicas futuras.

NOTA 21 – DOS AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES:

Face aos eventos mencionados na Nota 06 houve mudança no critério de reconhecimento de algumas contas patrimoniais e de receitas e despesas, que resultaram, assim, em ajustes com o lançamento de sua contrapartida registrado em contas do Patrimônio Social, de Ajustes Credores e Devedores de Períodos Anteriores.

NOTA 22 – DAS RECEITAS:

As Receitas de Mensalidades, Bonificações de Convênio foram registradas por regime de competência, conforme determina a norma técnica. As Taxas de uso da Colônia de Férias e Sede Campestre foram registradas por competência – no mês que foram incluídas as requisições no sistema de convênio – e, as demais em regime de caixa. A composição das receitas do exercício é a demonstrada no quadro a seguir:

Receitas diferidas: Os valores de receitas de mensalidades, cuja a aplicação é restrita (Fundo de Greve), conforme determinação estatutária, foram registradas em conta redutora da receita e em contrapartida de conta do Passivo de Receita Diferida e em 2016 totalizaram R\$ 309.992,04. Sendo transferidas de volta para o resultado na proporção em que foram aplicadas.

RECEITAS ATIV. CONTINUADAS - 2016	2.960.771,87
MENSALIDADES	2.629.582,19
BONIFICACOES SOBRE PROCESSOS TRABALHISTAS	51.135,65
BONIFICACOES SOBRE SEGUROS	25.584,62
TAXA UTILIZACAO DA SEDE CAMPESTRE	1.870,01
TAXA HOSPEDAGEM ASSOCIADOS NA COLÔNIA DE FERIAS	171.641,69
BONIFICACOES DE CONVÊNIO	80.957,71

NOTA 23 – DOS CUSTOS E DESPESAS:

Os custos compreendem as aplicações em atividades e ações diretamente relacionadas as finalidades da entidade e as despesas as aplicações que contribuem de forma indireta para as finalidades. No ano de 2016, foram registrados por regime de competência.

NOTA 24 – DO FUNDO DE GREVE E SUAS APLICAÇÕES:

As receitas e despesas de greve foram registradas em atividades descontinuadas, visto que a greve não se constitui como objetivo da entidade, mas sim como meio ou ferramenta para alcançar seus objetivos. No ano de 2016, foram apropriadas ao resultado por regime de competência.

Dos bens adquiridos durante a greve: Os bens eventualmente adquiridos durante a greve foram registrados no patrimônio da entidade, visto que irão gerar benefícios à entidade como um todo, por mais de um período.

GREVE 2016 - APLICAÇÃO DO FUNDO DE GREVE	
RESULTADO ATIVIDADES DE GREVE	R\$ 0,00
RECEITAS DE GREVE - APLIC. RESTRITA	R\$ 212.177,56
FUNDO DE GREVE	R\$ 212.177,56
DESPESAS DE GREVE - APLIC. RESTRITA	R\$ 212.177,56
LOCACAO ONIBUS - GREVE	R\$ 20.710,00
BOLETIM GREVE - GREVE	R\$ 11.101,00
PANFLETOS E OUTROS - GREVE	R\$ 15.031,36
SONORIZACAO EVENTOS - GREVE	R\$ 4.152,00
PASSAGENS AEREAS - GREVE	R\$ 68.848,99
LOCACAO CADEIRAS E MESAS - GREVE	R\$ 6.050,40
CAMISETAS - GREVE	R\$ 2.700,00
(-) CAMISETAS VENDA - GREVE	-R\$ 1.630,00
BANNERS E FAIXAS - GREVE	R\$ 10.023,17
LOCACAO VEICULOS - GREVE	R\$ 220,00
BARRACAO TABLADO E PIRAMIDE - GREVE	R\$ 4.699,00
COMBUSTIVEIS - GREVE	R\$ 827,00
ALIMENTACAO - GREVE	R\$ 3.342,10
DIARIAS VIAGEM - GREVE	R\$ 19.755,00
AJUDAS CUSTO - GREVE	R\$ 8.740,00
DESP. MANUT. VEICULOS - GREVE	R\$ 620,00
FASUBRA - GREVE	R\$ 28.144,71
HOSPEDAGENS - GREVE	R\$ 7.178,00
PEDAGIOS - GREVE	R\$ 20,70
PASSAGENS ONIBUS E TAXI - GREVE	R\$ 183,00
MATERIAL ESCRITÓRIO - GREVE	R\$ 526,80
DESP. MÉDICAS - GREVE	R\$ 772,33
MAT. PROTEÇÃO - GREVE	R\$ 162,00

NOTA 25 – DO RESULTADO DO EXERCÍCIO:

Superávit de 2014: No ano de 2014 foi apurado um superávit de R\$ 471.571,17 (quatrocentos e setenta e um mil quinhentos e setenta e um reais e dezessete centavos), que está registrado na Conta de Superávits para Aprovação em Assembleia aguardando a aprovação para posterior incorporação ao Patrimônio Social. Em 31/12/2014 a entidade possuía saldo de R\$ 12.559,48 (doze mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos) de Ajustes Credores de Períodos Anteriores e R\$ 84.569,45 (oitenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) de Ajustes Devedores de Períodos anteriores, que foram transferidos para a conta de Superávits para Aprovação em Assembleia a este fim destinada para posterior incorporação ao Patrimônio Social.

Superávit de 2015: No ano de 2015 foi apurado um superávit de R\$ 248.356,82 (duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta e dois centavos), registrado na Conta de Superávit para Aprovação em Assembleia, aguardando aprovação de Assembleia Geral de Sócios para este fim. Também, em virtude das mudanças nas formas de registro e correções de erros, foram realizados ajustes de períodos anteriores que totalizaram o saldo Credor de R\$ 106.791,54 (cento e seis mil setecentos e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos).

Superávit de 2016: No ano de 2016 foi apurado um superávit de R\$ 256.232,97 (duzentos e cinquenta e seis mil duzentos e trinta e dois reais e noventa e sete centavos), registrado na Conta de Superávit para Aprovação em Assembleia, aguardando aprovação de Assembleia Geral de Sócios para este fim. E, por conta das mudanças de critérios técnicos de registro e das correções de erros, foram realizados ajustes devedores num total de R\$ 88.373,12 (oitenta e oito mil trezentos e setenta e três reais e doze centavos), referentes períodos anteriores.

NOTA 26 – DAS RESPONSABILIDADES DA GESTÃO:

As responsabilidades dos gestores, ficam restritas ao período de seu mandato, conforme os prazos definidos nas atas de eleição e posse. Respondem, os coordenadores, em conjunto, pelos atos da gestão segundo direitos e obrigações estabelecidos no Estatuto da Entidade. Como administradores e responsáveis legais da entidade declaram para os devidos fins que são de sua responsabilidade os controles internos adotados e as informações, relativas ao ano base de 2016, que foram fornecidas para a escrituração, elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de impostos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária. Declaram também, que os registros efetuados no sistema Domínio Contábil transcrevem de forma fidedigna a documentação suporte fornecida, sendo de sua inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados. Por fim, declaram que foram orientados e estão cientes das obrigações legais, principais e acessórias, inerentes a atividade entidade.

